

Setembro 2021

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Economia e Finanças, Expansão, Jornal HORA, Jornal Visão, O país, Jornal Economico, Continente, Angola Magazine, O Estado, Manchete, Luanda Angolene, Folha8, e Novo Jornal.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop - Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	5
1.1 Kwenda beneficia mais de mil famílias	5
1.2 Indicadores demográficos e de emprego	5
1.3 Indicadores demográficos e de emprego	6
2. MICROFINANÇAS	8
2.1 BAI vende as acções do BAI Micro Finanças	8
3. MERCADO INFORMAL	9
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	9
5. DESCENTRALIZAÇÃ-O E CIDADANIA	9
5.1 Proposta de nova divisão do país “é pertinente”	9
5.2 Provedoria quer abrir serviços nos municípios	10
5.3 Bornito de Sousa defende unificação da grafia toponímica para evitar erros	11
6. URBANISMO E HABITAÇÃO	13
6.1 Emitidas mais de oito mil licenças para construção de edifícios em cinco anos	13
6.2 Pr apela à massificação da auto-construção dirigida	13
6.3 Realojamento está longe de pôr fim a uma “vida tirada do avesso”	14
6.4 Autoconstrução dirigida é solução para os problemas de habitação	15
7. TERRA	16
7.1 Mais de 230 fazendas abandonadas	16
7.2 Realojamento está longe de pôr fim a uma “vida tirada do avesso”	16
7.3 Conflitos de terra levam à destituição de sobas	17
8. SERVIÇOS BÁSICOS	18
8.1 Limpeza da principal vala de drenagem de cacuaco mobiliza ENCIB e UTCOM	18
8.2 Emitidas garantias a favor do projecto de água do Bitá	19
8.3 População quer reduzir as distâncias para buscar água	20
8.4 Sistema de água beneficia mais de 390 mil habitantes	20
9. GÉNERO E VIOLENCIA	22
9.1 Criminalidade assusta estudantes noturnos	22

10. AMBIENTE	23
10.1 Chuva no Bailundo destrói 124 moradias	23
10.2 Criado novo projecto ambiental	23
10.3 Emitidas mais de oito mil licenças para construção de edifícios em cinco anos	23
10.4 Estado, ouça o pavor de quem não quer reviver os horrores das chuvas	24
10.5 Proibição de corte de madeira força paralisação de marcenarias	25
11. MINEIRA	27
12. MIGRAÇÃO	27
13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	27
13.1 SIC apresenta grupo de chineses malfeitores	27
13.2 A cooperação China-África cheia de energia mesmo durante a Covid-19	27

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Kwenda beneficia mais de mil famílias

Jornal de Angola

15 De Setembro de 2021

Pelo menos 1.520 chefes de agregados familiares carenciados, no município do Quiculungo, Cuanza-Norte, beneficiaram do Programa de Transferências Sociais Monetárias (Kwenda).

Cada família beneficiou de um valor trimestral de 25.500 kwanzas, correspondentes a 8.500 kwanzas por mês.

Até ao momento foram desembolsados 38 milhões 760 mil kwanzas.

Segundo o governador provincial, Adriano Mendes de Carvalho, que falava sobre a situação política e social da província, o programa terá sequência nos municípios de Ambaca e Golungo Alto.

Os pagamentos são feitos por telefone, através de um código enviado por mensagem ao beneficiário, com o qual se dirige a um agente autorizado da Unitel, no município, para o levantamento do dinheiro.

O programa Kwenda tem a duração de três anos e abrange quatro componentes: Transferências Sociais Monetárias, Inclusão Produtiva, Municipalização da Acção Social e, por último, o reforço do Cadastro Social Único.

Situado a 190 quilómetros de Luanda (capital do país), o Cuanza-Norte tem como capital a cidade de Ndalatando e compreende dez municípios, numa extensão territorial de 20.252 quilómetros quadrados.

I.2 Indicadores demográficos e de emprego

Jorna Economia e Finanças

17 De Setembro de 2021

Com o objectivo de se garantir mais emprego e qualidade devida às famílias, tão logo o nosso Executivo tomou posse, entendeu levar a cabo um conjunto de medidas e programas económicos, no quadro do Plano de Estabilização Macroeconómica de 2018. Entretanto, sem precisarmos de analisar, ao

pormenor, o andamento e os limites de actuação destas medidas e programas, o facto é que até ao momento, o emprego, à semelhança do que foi no começo da presente legislatura, continua a ser um desafio muito difícil. Nem mesmo as feiras e os concursos para provimento de vagas na função pública, que foram tendo lugar, se mostraram capazes de atenuar, satisfatoriamente, o nosso nível de desemprego, causado sobretudo por questões estruturais. Por conseguinte, a Covid-19, relacionada à questão conjuntural, convenhamos, tomou mais vulnerável e frágil no nosso mercado de trabalho, que há muito clama por dias melhores.

Dados do segundo trimestre do corrente ano, apurados na sequência do Inquérito ao Emprego em Angola, desencadeado pelo Instituto Nacional de Estatística-INE, indicam que, em Angola, a taxa de desemprego da população com 15 ou mais anos é de 31,6 por cento; a taxa geral de emprego (formal e informal) é 61,6 que equivale a 10.715.234 pessoas; a taxa de trabalhadores nas actividades informais situa-se em torno dos 79,7 por cento, igual a 8.543.619 pessoas, o que significa que, apenas 2.171.615 pessoas estão no sector formal, registados no Instituto Nacional de Segurança Social-INSS e pagam impostos; o sector primário (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), por sinal, com o mais baixo nível de atractividade, em relação aos rendimentos salariais e dignidade, absorve mais da metade da população que trabalha, 55,3 por cento; a taxa de trabalhadores no sector informal é maior na área rural que na urbana, 93,4 e 65,6 por cento, respectivamente.

Assim, as perspectivas e indicadores reais demográficos e económicos de emprego, onde, a título de realce, se pontifica um crescimento populacional de 3,0 por cento ao ano, uma acentuada assimetria regional existente no país, com realce para o número, exageradamente alto de população em Luanda, quando comparado com as restantes parcelas do território nacional; uma esmagadora maioria da população que trabalha encontrar-se na informalidade e um sector primário, tido como o menos atractivo, em termos salariais e dignidade profissional a ser, por conseguinte, o maior empregador, são muito preocupantes e denunciam, desde logo, que as medidas e programas até agora implementados não surtiram os efeitos desejados, infelizmente.

O peso bastante expressivo das actividades informais na economia tem constituído um obstáculo eminente de a economia crescer e se desenvolver. No entanto, o cálculo do Imposto de Rendimento de Trabalho-IRT, que, para mim, deve ser revisto e se adequar,

por ser bastante alto, é, também, um autêntico incentivo à informalidade, para além de contribuir, sobremaneira, na fragilidade do poder de compra dos salários dos trabalhadores do sector formal (que representam apenas 20 por cento do total de trabalhadores no país) e a sua qualidade devida. Precisamos manter e ou assegurar a sustentabilidade das prestações mensais por reforma, daí a necessidade de nos focarmos no alargamento da base de contribuição e seguir a máxima fiscal, segundo a qual "muitos a pagarem pouco", ao invés de "pouquíssimos a pagarem muito", tal como acontece. Precisamos aprimorar a questão ligada à governação descentralizada e à discriminação positiva -a favor das províncias do interior, como plataformas de atracção dos investimentos (no interior) e desincentivo ao êxodo rural. Disso, os investidores e empresários, também, andam atentos!

No entanto, pelos desafios enormes que temos, a nossa economia, não só precisa crescer, mas assegurar que este crescimento supere o nível de crescimento populacional e o custo geral da amortização anual da dívida pública. Senão, o desemprego poderá aumentar e a qualidade de vida das famílias não poderá ter razões de melhoria.

Cenários que, em regra, propiciam muitos problemas sociais, para além de representar custos prejuízos adicionais ao Estado. Prejuízos que decorrem do facto de o desemprego constituir-se num dos factores da delinquência e desestruturação familiar: A necessidade de se assistir e ou reintegrar social e financeiramente as pessoas ou famílias (nas cadeias, centros de acolhimento, etc) exige do Estado um esforço financeiro que, entretanto, seria alocado ao serviço de outros compromissos públicos!

1.3 Indicadores demográficos e de emprego

Jorna Economia e Finanças
17 De Setembro de 2021

Com o objectivo de se garantir mais emprego e qualidade devida às famílias, tão logo o nosso Executivo tomou posse, entendeu levar a cabo um conjunto de medidas e programas económicos, no quadro do Plano de Estabilização Macroeconómica de 2018. Entretanto, sem precisarmos de analisar, ao pormenor, o andamento e os limites de actuação destas medidas e programas, o facto é que até ao momento, o emprego, à semelhança do que foi no começo da presente legislatura, continua a ser um desafio muito difícil. Nem mesmo as feiras e os concursos para provimento de vagas na função pública, que foram tendo lugar, se mostraram capazes

de atenuar, satisfatoriamente, o nosso nível de desemprego, causado sobretudo por questões estruturais. Por conseguinte, a Covid-19, relacionada à questão conjuntural, convenhamos, tomou mais vulnerável e frágil no nosso mercado de trabalho, que há muito clama por dias melhores.

Dados do segundo trimestre do corrente ano, apurados na sequência do Inquérito ao Emprego em Angola, desencadeado pelo Instituto Nacional de Estatística-INE, indicam que, em Angola, a taxa de desemprego da população com 15 ou mais anos é de 31,6 por cento; a taxa geral de emprego (formal e informal) é de 61,6 que equivale a 10.715.234 pessoas; a taxa de trabalhadores nas actividades informais situa-se em torno dos 79,7 por cento, igual a 8.543.619 pessoas, o que significa que, apenas 2.171.615 pessoas estão no sector formal, registados no Instituto Nacional de Segurança Social-INSS e pagam impostos; o sector primário (agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca), por sinal, com o mais baixo nível de atractividade, em relação aos rendimentos salariais e dignidade, absorve mais da metade da população que trabalha, 55,3 por cento; a taxa de trabalhadores no sector informal é maior na área rural que na urbana, 93,4 e 65,6 por cento, respectivamente.

Assim, as perspectivas e indicadores reais demográficos e económicos de emprego, onde, a título de realce, se pontifica um crescimento populacional de 3,0 por cento ao ano, uma acentuada assimetria regional existente no país, com realce para o número, exageradamente alto de população em Luanda, quando comparado com as restantes parcelas do território nacional; uma esmagadora maioria da população que trabalha encontra-se na informalidade e um sector primário, tido como o menos atractivo, em termos salariais e dignidade profissional a ser, por conseguinte, o maior empregador, são muito preocupantes e denunciam, desde logo, que as medidas e programas até agora implementados não surtiram os efeitos desejados, infelizmente.

O peso bastante expressivo das actividades informais na economia tem constituído um obstáculo eminente de a economia crescer e se desenvolver. No entanto, o cálculo do Imposto de Rendimento de Trabalho-IRT, que, para mim, deve ser revisto e se adequar, por ser bastante alto, é, também, um autêntico incentivo à informalidade, para além de contribuir, sobremaneira, na fragilidade do poder de compra dos salários dos trabalhadores do sector formal (que representam apenas 20 por cento do total de trabalhadores no país) e a sua qualidade devida. Precisamos manter e ou assegurar a sustentabilidade das prestações mensais por reforma, daí a necessidade de nos focarmos no alargamento da base

de contribuição e seguir a máxima fiscal, segundo a qual "muitos a pagarem pouco", ao invés de "pouquíssimos a pagarem muito", tal como acontece. Precisamos aprimorar a questão ligada à governação descentralizada e à discriminação positiva -a favor das províncias do interior, como plataformas de atracção dos investimentos (no interior) e desincentivo ao êxodo rural. Disso, os investidores e empresários, também, andam atentos!

No entanto, pelos desafios enormes que temos, a nossa economia, não só precisa crescer, mas assegurar que este crescimento supere o nível de crescimento populacional e o custo geral da amortização anual da dívida pública. Senão, o desemprego poderá aumentar e a qualidade de vida das famílias não poderá ter razões de melhoria.

Cenários que, em regra, propiciam muitos problemas sociais, para além de representar custos prejuízos adicionais ao Estado. Prejuízos que decorrem do facto de o desemprego constituir-se num dos factores da delinquência e desestruturação familiar: A necessidade de se assistir e ou reintegrar social e financeiramente as pessoas ou famílias (nas cadeias, centros de acolhimento, etc) exige do Estado um esforço financeiro que, entretanto, seria alocado ao serviço de outros compromissos públicos!

2. MICROFINANÇAS

2.1 BAI vende as acções do BAI Micro Finanças

Jornal de Angola

1 De Setembro de 2021

O Banco Angolano de Investimentos S.A (BAI) fez saber, ontem, em nota enviada ao Jornal de Angola, que assinou, recentemente, um acordo celebrado com o empresário angolano António Mosquito, para a transmissão da participação social detida no BAI Micro Finanças S.A (BMF), com o valor nominal de 100 por cento do capital social.

O BMF iniciou a sua actividade no dia 20 de Agosto de 2004, com a designação de Novo Banco, tendo sido o primeiro banco especializado em micro-crédito em Angola, dispondo neste momento de 21 agências, distribuídas pelo país.

A referida operação foi submetida à aprovação do regulador (BNA), nos termos da legislação em vigor, sendo que só poderá ser concretizada após a aprovação do regulador.

Criado a 14 de Novembro de 1996, o BAI é um banco dinâmico e que trabalha com as mais modernas tecnologias, prestando particular atenção à eficiência e personalização na abordagem ao mercado e que em 2021 assinala o importante marco dos 25 anos de actividade. À data, o BAI conta com 171 pontos de atendimento, sendo 132 agências, 10 centros de atendimento às empresas, 13 postos, 2 centros de serviços premium, 14 ATM centers e 1 canal não presencial, o BAI Directo. Está ainda em Portugal através do BAI Europa, em Cabo Verde, pelo BAI Cabo Verde, e tem parcerias que asseguram o negócio BAI em S. Tomé e Príncipe.

3. MERCADO INFORMAL

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

5. DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Proposta de nova divisão do país “é pertinente”

Jornal de Angola
6 De Setembro de 2021

O director-geral da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) considerou, ontem, “pertinente” a proposta de nova Divisão Político-Administrativa (DPA) do país, mas defendeu que a institucionalização das autarquias deveria ser a prioridade

"A decisão primária seria optar pela implantação das autarquias locais", declarou Carlos Cambuta, à agência Lusa, justificando que "no contexto do poder local, a dimensão da participação é mais forte no sentido de que são os cidadãos que vão eleger as pessoas que acham estarem à altura para poderem dirigir os desafios do poder local".

Carlos Cambuta sublinhou que a sua opinião sobre a matéria "não vincula a ADRA", que deve apresentar nos próximos dias uma posição pública sobre o assunto. Referiu que a temática da divisão político-administrativa do país é do fórum do desenvolvimento territorial.

"É uma matéria que devemos saudar, na medida em que concorre para uma melhor gestão do território nacional", afirmou o líder da organização não-governamental angolana, para quem o aumento de algumas províncias permitirá uma maior gestão por

parte de quem lhe for confiado o poder de gerir o território.

O Executivo está a promover sessões de auscultação pública para a alteração da nova DPA de cinco províncias angolanas. Cuando-Cubango, Lunda-Norte, Malanje, Moxico e Uíge são as províncias onde devem ser criadas novas unidades territoriais, cuja auscultação pública começou em 17 de Agosto e decorre até ao dia 17 do mês em curso.

Para Carlos Cambuta, uma vez que não foram implementadas as autarquias locais, as autoridades poderiam optar pelo alargamento do número de municípios no país (actualmente 164 municípios) e elevar as actuais comunas para municípios. "A decisão do desenvolvimento territorial tem de passar por um modelo que permita, por um lado, um maior engajamento dos cidadãos e que permita aos cidadãos participarem nos vários processos de decisão", defendeu Carlos Cambuta, salientando que o processo de combater as assimetrias e aproximar os governantes aos governados é alcançado a longo prazo.

Carlos Cambuta considerou "legítimas" as vozes que defendem a implementação urgente das autarquias no país, realçando que no contexto autárquico "é possível acelerar os índices de desenvolvimento".

Elogios à proposta

Entretanto, vários cidadãos, sobretudo das províncias que vão ser alvo de alterações na divisão político-administrativa, elogiam a proposta de nova DPA no país. Foi o que aconteceu, no mês passado, em Menongue, durante o acto de apresentação e auscultação pública da nova DPA, presidida pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida.

Em declarações à imprensa, no final do acto, os participantes reconheceram, de forma unânime, que a divisão poderá melhorar a condição de vida da população e reduzir as assimetrias regionais.

Empresários, autoridades tradicionais e religiosas, representantes de partidos políticos, artistas, entre outros, concordaram que a extensão territorial da província do Cuando Cubango, com uma superfície de 199.045 quilómetros quadrados (maior província do país e cerca de 15 por cento da extensão do território nacional) e a falta de vias de acesso, constituem obstáculos ao seu desenvolvimento.

O pastor Silva Matuquesa sugeriu o nome de Cuando para uma das províncias e Cubango para a outra, mantendo assim a designação dos dois principais rios que banham o Cuando Cubango.

O secretário-executivo do Conselho Provincial da Juventude, Miguel Américo, entende que, com a conclusão e implementação da DPA, haverá maior necessidade de funcionários, o que será uma grande oportunidade para a juventude na conquista do primeiro emprego.

Na semana passada, o bispo da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo, vulgo Tocoístas, considerou, no Lobito, de grande valia a implementação da proposta de alteração da nova DPA do país, afirmando que vai conferir maior dignidade às famílias e, do ponto de vista geográfico, fomentar a aproximação do cidadão junto das autoridades políticas e administrativas.

5.2 Provedoria quer abrir serviços nos municípios

Jornal de Angola

10 De Setembro de 2021

A Provedoria de Justiça quer implementar pontos focais junto das administrações municipais para permitir uma maior aproximação entre a instituição e os cidadãos.

Em declarações, ontem, à imprensa, no final da visita de campo ao município de Talatona, em Luanda, a provedora de Justiça, Florbela Araújo, disse haver já dois municípios, nomeadamente Cazenga e Talatona, que se mostraram disponíveis em acolher a representação da instituição nas suas circunscrições.

A criação desses pontos focais junto das administrações municipais, prosseguiu, visa, igualmente, colmatar a dificuldade que a instituição tem em se deslocar, constantemente, a todos os locais. Disse que o programa concebido para a materialização desta empreitada prevê a implementação do ponto focal da Provedoria de Justiça em todos os municípios até ao final deste ano.

Referiu que a ideia é evitar que o cidadão se desloque à sede da Provedoria de Justiça, na Cidade Alta, bem como permitir que os assuntos sejam tratados de forma mais célere.

A provedora de Justiça disse terem, já, pontos focais em todos os ministérios, com a excepção das Relações Exteriores.

Apesar de não dispor de poder de decisão, Florbela Araújo garantiu que, ainda assim, com base no seu poder de persuasão, a Provedoria de Justiça tem conseguido ajudar a resolver muitos casos.

A título de exemplo, disse ter ajudado um cidadão a ser readmitido na empresa, depois de ser despedido. Florbela Araújo esclareceu que nos casos em que uma instituição não responde, de forma repetitiva, ao pedido de esclarecimento da Provedoria de Justiça sobre queixas que recebem, recorrem às instâncias superiores, a fim de se encontrar uma solução para o caso. “Quer dizer que se for um ministro se faz a queixa ao Presidente da República. Se for um administrador, ao governador”, realçou.

Número de funcionários

Florbela Araújo disse que a instituição não dispõe de funcionários suficientes, razão pela qual foi realizado o concurso público, para reforçar o quadro de pessoal da instituição. Ressaltou que o número de funcionários de que a instituição dispõe, neste momento, não permite proceder, com a celeridade que se pretende, os assuntos colocados à sua disposição pelos cidadãos.

Deu a conhecer que as listas da primeira fase do concurso público podem sair ainda hoje e, pela semana, isto é, no dia 16, realizar-se a primeira prova de avaliação. “Gostaríamos que fossem admitidos”, disse. A provedora de Justiça referiu que, com a entrada de novos funcionários, a instituição vai reforçar a sua capacidade de resposta às solicitações dos cidadãos.

Florbela Araújo mostrou-se satisfeita pelo que constatou no município de Talatona, tendo realçado, sobretudo, o facto de a Administração estar acomodada em boas instalações. “Achamos que, de uma maneira geral, Talatona tem algumas preocupações, mas estão a caminhar bem”, frisou.

Esclareceu que a visita se enquadra no âmbito do programa da Provedoria de Justiça, que passa por apostar na aproximação entre a instituição e os cidadãos, com destaque para a defesa dos direitos, liberdades e garantias. A visita serviu, também, para a divulgação do papel e função do provedor de Justiça e o dever de cooperação dos órgãos da administração pública central e local.

5.3 Bornito de Sousa defende unificação da grafia toponímica para evitar erros

Jornal de Angola
25 Setembro de 2021

O Vice-Presidente da República, Bornito de Sousa, defendeu, ontem, em Luanda, a unificação da grafia toponímica, observando as regras para evitar erros.

Bornito de Sousa, que falava durante o workshop provincial sobre "Toponímia, princípios e directrizes, referência de memória no desenvolvimento urbano", referiu que a lei fixa, entre as regras, que as localidades existentes desde o tempo colonial devem manter a grafia latina, tais como Cabinda, Cuanza-Norte e Cuando Cubango.

A título de exemplo, o Vice-Presidente da República justificou que "se um funcionário escrevesse Catete com C e outro com K, daria, no modo de pesquisa, localidades diferentes".

Neste sentido, defendeu que, para a atribuição de um nome em língua nacional africana, se devia consultar o Instituto de Línguas Nacionais ou uma instituição académica para evitar erros. "Se pretendemos escrever em língua nacional que se faça correctamente", salientou.

Desmistificou a ideia de se colocar um K numa palavra para dar a ideia de um nome em língua nacional, resultando em grafias que não são nem português, nem qualquer outra língua, criando-se um "criolo de uma letra", no caso o K.

Apontou como outra incongruência a grafia da moeda nacional, o Kwanza, que faz o plural kwanzas, quando as línguas nacionais fazem o plural por prefixação e não por sufixação. Para Bornito de Sousa, as línguas faladas em Angola, incluindo o português, são nacionais, sendo a portuguesa património imaterial da humanidade. "Questiono por que não alinham o alfabeto das línguas nacionais africanas aos das outras de origem bantu"?

"Não vejo textos em português ou em língua nacional africana sem palavras de uma ou de outra, razão pela qual apelo à realização de estudos que adoptem um único alfabeto, num esforço agregador", disse. O Vice-Presidente da República valorizou os esforços do Executivo na atribuição e generalização do número de polícia ou de aplicativos que permitem localizar endereços no país a partir de qualquer parte do globo terrestre.

"Os problemas não são exclusivos de Angola. Há casos nos Estados Unidos da América e na África do Sul, onde um número elevado de cidadãos não tem endereço certo", acrescentou.

Atribuição dos topónimos

A governadora da província de Luanda disse que o seminário sobre toponímia serviu para relançar "as bases para a promoção do processo de alteração e atribuição da toponímia às unidades, aglomerados territoriais, às vias de comunicação", com base na investigação histórica, na observância dos postulados legais, na auscultação prévia dos órgãos consultivos das administrações municipais, distrito urbanos e comunas.

Ana Paula de Carvalho apelou a participação activa dos munícipes no processo da toponímia da cidade. Dada a complexidade e os meios técnicos requeridos para a operação, a governante salientou que "não se ambiciona concluir todo o processo numa só sentada, mas gerar resultados tangíveis enquanto a iniciativa se desenrola".

Segundo a governadora, "não se pode ambicionar ter cidades inteligentes se as unidades territoriais não possuírem identificação.

Lançou o desafio às administrações municipais para, no âmbito das celebrações do 46º Aniversário da Independência Nacional, apresentarem propostas válidas para a correcção ou atribuição de toponímias em algumas circunscrições territoriais, particularmente em zonas padronizadas. Apelou para que às administrações, até à data da efeméride, proponha a correcção de topónimos de bairros, ruas que atentem contra a moral pública, hábitos e costumes.

Defendeu maior divulgação da Lei de Bases da Toponímia e do Regulamento da Lei da Toponímia, para melhor designação das localidades.

O director do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL), Hélder José, que abordou o tema "Organização e planeamento, a aplicação da toponímia e números de polícia", defendeu que a implementação da toponímia "deve ser vista numa perspectiva de continuidade". "As cidades cresceram de forma espontânea, mas esse crescimento nem sempre foi acompanhado de planeamento", explicou.

O arquitecto sublinhou que a atribuição do número de polícia "não precisa esperar pela requalificação dos bairros", mas frisou que "é preciso regular a forma como se constrói as casas e estas devem ser construídas numa perspectiva colectiva". "A localização de qualquer cidadão deve estar devidamente identificada", defendeu, anunciando que está a ser feito um levantamento de todos os topónimos da província de Luanda.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Emitidas mais de oito mil licenças para construção de edifícios em cinco anos

Novo Jornal

17 De Setembro de 2021

Texto: Dulcineia Lafua

Entre 2015 e 2020, foram aprovadas, em todo o país, 8.113 licenças para a construção de edifícios, revelam dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) a que o Novo Jornal teve acesso. As informações do INE indicam que, no período em análise, a província de Luanda liderou as estatísticas, com quase duas mil licenças atribuídas, numa lista em que se seguem Benguela (1.161) e Kwanza-Sul (703). Já as províncias do Kuando Kubango (34) e Lunda-Norte (83) são as que menos licenças emitiram.

Os dados, que constam de um relatório do INE intitulado Inquérito às Licenças Aprovadas para Construção de Edifícios 2020 (ILACE), mostram que, quanto às categorias de licença, entre 2015 e 2020, se verificou que as novas lideraram a lista, com 7.543, seguidas pelas renovações com 404, ficando os pedidos de alterações em último, com 160 registos.

No período em referência, quanto à titularidade de licenças, sublinha ainda o documento do Instituto Nacional de Estatística, foram emitidas 6.506 para pessoas singulares, 1.136 para empresas privadas, 299 para instituições sem fins lucrativos, 112 para cooperativas de habitação e 39 ao Governo, bem como 21 para empresas de serviços públicos. No entanto, ressalta o documento, das licenças aprovadas, mais de 70% foram para a construção de habitação familiar.

Os resultados do ILACE indicam, por exemplo, que a quantidade de área bruta (superfície total) de construção em metros quadrados licenciada no País, nos últimos seis anos, foram mais de 708 milhões, com destaque para a capital, Luanda, com mais de 342 milhões de metros quadrados.

Segundo o INE, as licenças de construção são definidas' como um instrumento de controlo administrativo público, cujo propósito é "planificar e ordenar o crescimento das cidades, assim como velar pela manutenção das normas adaptadas na estrutura de construção, áreas de reserva, embelezamento e construção de vias".

Noutro relatório, também divulgado recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística, denominado Avanço e Acompanhamento dos Edifícios em Processo de Construção, referente ao quarto trimestre de 2020, foram visitadas 10.102 obras. Entre estas, 1.034 estão em processo (andamento) e 9.068 encontram-se paralisadas.

Entre as obras em andamento, descreve o documento de 20 páginas consultado pelo NJ, a província de Luanda conta com 167, Moxico (85), Lunda-sul (74) e Cabinda (73).

Durante o período em análise, estiveram envolvidos na construção de edifícios 6.407 trabalhadores, dos quais 4.832 permanentes, 1352 subcontratados e 223 não remunerados. A mão-de-obra mensal, segundo dados, foi avaliada em 680.077.543,00 de kwanzas.

6.2 Pr apela à massificação da auto-construção dirigida

Jornal Economia e Finanças

17 De Setembro de 2021

O Presidente da República, João Lourenço, declarou na quarta-feira, em Ndalatando, que a grande solução habitacional para a maioria da população angolana passa pela auto-construção dirigida em vez da construção de Centralidades pelo Executivo.

O Chefe do Executivo angolano fez este pronunciamento após uma visita ao projecto de auto-construção dirigida no Quilómetro 11, nos arredores da cidade de Ndalatando, província do Cuanza-Norte, onde trabalhou durante dois dias.

Para o Presidente da República, a ilusão de que as Centralidades é que vão resolver o problema habitacional deve ficar para trás.

A responsabilidade do Estado, disse, passa por construir infra estruturas, ceder terrenos, garantir água e energia, bem como criar incentivos para que cada um construa a sua própria residência.

"É evidente que haverá casas no mercado, mas deve haver casas para todos mediante a auto-construção dirigida", reforçou.

Por este motivo, disse esperar que outros governos provinciais sigam o exemplo do Cuanza-Norte. Devem identificar espaços para auto-construção dirigida e oferecer terrenos infra-estruturados, evitando construções por baixo de linhas de água, de alta tensão e encostas, e que põe em risco vidas humanas.

Governança de proximidade

Por outro lado, manifestou o seu interesse em visitar todas as províncias, sem que o programa esteja relacionado com campanha ou pré-campanha política, por se estar a um ano das eleições.

"O objectivo da visita é a governação de proximidade, em que no local debatemos, com as autoridades, os principais problemas que afligem as populações das referidas províncias", esclareceu.

O Estadista angolano prometeu continuar a trabalhar para minimizar e, se possível, satisfazer no máximo possível as dificuldades que afectam as populações da província do Cuanza-Norte.

Segundo João Lourenço, as assimetrias são evidentes, mas a luta é pelo desenvolvimento integral do país.

Na ocasião, informou ter sido Já paga parte da dívida com a empreiteira chinesa, responsável pela construção da barragem hidroeléctrica de Caculo Cabaça, para se evitar a paralisação das obras.

6.3 Realojamento está longe de pôr fim a uma "vida tirada do avesso"

Jornal Luanda

20 De Setembro de 2021

Texto: Manuela Mateus

Uma "vida virada do avesso" continua a ser o drama de 174 famílias, mesmo depois de terem sido transferidas, há quatro semanas, do chamado Povoado da Areia Branca, área de extrema pobreza, onde havia casebres de madeira, ferro e papelão, localizado na Kinanga, distrito urbano da Samba, município de Luanda, para a comuna de Kaxicane, município de Icolo e Bengo.

Na comuna de Kaxicane, que dista 60 quilómetros da cidade de Luanda, os agregados das 174 famílias, integradas por 706 pessoas, vivem separados, desde a chegada àquela localidade rural, estando as mulheres e crianças, de ambos os sexos, alojadas no Centro de Serviços Rurais e os homens, entre jovens e adultos, no Centro Infantil de Icolo e Bengo.

A falta de conforto e de intimidade pessoal e familiar está a irritar as 174 famílias, que alegam não terem sido avisadas de que, na comuna de Kaxicane, não seriam realojadas, inicialmente, em habitações unifamiliares.

A alegação das famílias, exteriorizada por algumas, em conversa com o Jornal Metropolitano de Luanda, não foi acolhida pela directora da Acção Social,

Família e Promoção da Mulher de Icolo e Bengo, Filomena Dalamana, que disse terem as famílias sido informadas de que ficariam alojadas, temporariamente, nos centros de Serviços Rurais e Infantil de Icolo e Bengo.

Filomena Dalamana acrescentou que, quando chegaram à comuna de Kaxicane, as 174 famílias conheceram a área onde vão ser cedidos terrenos para serem erguidas as futuras casas.

O consumo de energia eléctrica e água potável está garantido no Centro de Serviços Rurais, que dispõe de 14 quartos, casa de banho pública e uma cozinha comunitária, onde as 174 famílias se reúnem para as refeições diárias.

Em cada quarto do Centro de Serviços Rurais foram colocados três a quatro beliches, ocupados por membros de três a sete famílias, uma realidade de que não foram informadas, como alegam insistentemente, quando avisadas de que seriam realojadas em Kaxicane.

O Centro Infantil de Icolo e Bengo não tem divisórias, sendo, por esta razão, mais precárias as condições de acomodação, num espaço comum, onde foram colocados mais de 30 colchões de solteiro, usados sem beliches.

António Manuel Zaia, de 52 anos, descreveu que as 174 famílias vivem "enormes dificuldades", sendo duas das quais os constrangimentos resultantes da distância entre a cidade de Luanda e a comuna de Kaxicane e o défice de transportes públicos de e para Kaxicane.

"Nós pensávamos que, como fomos tirados das nossas modestas casas, poderíamos receber moradias condignas à chegada a Kaxicane", acentuou António Manuel Zaia, acrescentando que "o que estamos a ver aqui não é o que nos foi prometido, porque aqui vivemos sem nenhuma dignidade e privacidade".

A maioria das famílias realojadas tem como fontes de rendimento o comércio ambulante e a pesca, actividades ainda exercidas na cidade de Luanda, para onde deslocam com "muito sacrifício", por não haver uma linha directa de autocarros de transportes públicos de e para Kaxicane.

Até ao dia em que foi abordado pelo Jornal Metropolitano de Luanda, há duas semanas, António Manuel Zaia ainda não tinha voltado para a cidade de Luanda, desde que foi realojado em Kaxicane, por não haver uma linha directa de autocarros para o centro da capital angolana. Daí ter decidido não gastar "as poucas reservas de subsistência", para

apanhar vários autocarros ou táxis até chegar à cidade de Luanda.

Os autocarros utilizados por quem vive na zona da Kaxicane fazem o trajecto Muxima/Estalagem, para cuja corrida o passageiro gasta 700 kwanzas, só na ida.

Chegado à Estalagem, município de Viana, recomeça a odisséia para se chegar ao centro da cidade de Luanda, ou com recurso a um autocarro ou a uma viatura de serviço de táxi.

"Por esta razão, quando nos deslocamos à cidade de Luanda, alguns regressam à comuna de Kaxicane cinco dias depois", encontrando-se nesse grupo pescadores e "zungueiras", que são acolhidos em casas de familiares, em vários bairros periféricos da cidade de Luanda.

6.4 Autoconstrução dirigida é solução para os problemas de habitação

Jornal Angoleme

20 De Setembro de 2021

O Presidente da República, João Lourenço, orientou os governos provinciais a identificarem espaços para promover a auto-construção dirigida e impedirem que as populações construam sobre as linhas de passagem das águas.

Numa visita ao projecto habitacional do "quilómetro 11", no Cuanza-Norte, o Presidente elogiou a iniciativa, encorajou os proponentes e disse: "A ilusão de que as centralidades é que vão resolver o problema habitacional, que fique para trás".

João Lourenço disse que a grande solução para a maioria da população angolana em termos de habitação é, sem sombra de dúvidas, a auto-construção dirigida, reafirmou o Presidente da República, apontando como exemplo o projecto do Quilómetro 11, em que a responsabilidade do Estado limitou-se apenas em infra-estrutura os terrenos, garantir a chegada da água e energia eléctrica, bem como estabelecer incentivos para que os cidadãos construam a sua própria residência.

O Chefe de Estado defende habitação para todos os cidadãos no país, consubstanciada, sobretudo, na "construção massiva" de casas no modelo de auto-construção dirigida. Reconheceu, porém, que haverá casas no mercado vendidas, quer pelo Estado, quer por agentes privados que se dedicam ao negócio imobiliário.

No local, o Presidente João Lourenço orientou a construção de mais 500 casas sociais para acudir, sobretudo, os sinistrados das grandes enxurradas que se abateram o ano passado na região. "Quilómetro 11" contempla zonas para a construção de campos de futebol, escolas, bancos, lojas e demais infra-estruturas sociais. Aos beneficiários serão entregues terrenos próximo ao projecto para desenvolverem actividades agrícolas.

O Chefe de Estado defende a habitação para todos os cidadãos no país, consubstanciada, sobretudo, na "construção massiva" de casas no modelo de auto-construção dirigida. Reconheceu, porém, que haverá casas no mercado vendidas, quer pelo Estado, quer por agentes privados que se dedicam ao negócio imobiliário.

7. TERRA

7.1 Mais de 230 fazendas abandonadas

Jornal Angolene
20 De Setembro de 2021

Numa província potencialmente agrícola, existem 238 fazendas em estado de abandono, num universo de 554 registadas. Um levantamento está em curso para determinar o número exacto de propriedades sem utilização.

Numa reunião do Governo de Concertação Local, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, na cidade de Caxito, a governadora Mara Quiosa disse recear que o número de fazendas em estado de abandono seja maior do que o apurado.

Após a conclusão do processo de verificação, segundo a governadora, os proprietários vão ser convocados para, junto do governo e do Gabinete Jurídico, regularizarem a situação.

"A Lei de Terra é clara. As pessoas têm um prazo específico para dar tratamento aos campos. Não se tendo efectivado, estamos a ver formas de criar mecanismos para que estes patrimónios revertam a favor do Estado", alertou.

O ministro da Agricultura e Pescas, António de Assis, que também integrou a comitiva presidencial que esteve no Bengo, afirmou que o problema de fazendas abandonadas verifica-se em todo o país. Diz tratar-se de uma questão a corrigir e informou que decorre um levantamento para identificar as pessoas, muitas das quais herdaram os espaços. Algumas propriedades abandonadas, segundo o ministro, possuem produtos como café ou cacau.

7.2 Realojamento está longe de pôr fim a uma "vida tirada do avesso"

Jornal Luanda
20 De Setembro de 2021
Texto: Manuela Mateus

Uma "vida virada do avesso" continua a ser o drama de 174 famílias, mesmo depois de terem sido transferidas, há quatro semanas, do chamado Povoado da Areia Branca, área de extrema pobreza, onde havia casebres de madeira, ferro e papelão, localizado na Kinanga, distrito urbano da Samba, município de Luanda, para a comuna de Kaxicane, município de Icolo e Bengo.

Na comuna de Kaxicane, que dista 60 quilómetros da cidade de Luanda, os agregados das 174 famílias, integradas por 706 pessoas, vivem separados, desde a chegada àquela localidade rural, estando as mulheres e crianças, de ambos os sexos, alojadas no Centro de Serviços Rurais e os homens, entre jovens e adultos, no Centro Infantil de Icolo e Bengo.

A falta de conforto e de intimidade pessoal e familiar está a irritar as 174 famílias, que alegam não terem sido avisadas de que, na comuna de Kaxicane, não seriam realojadas, inicialmente, em habitações unifamiliares.

A alegação das famílias, exteriorizada por algumas, em conversa com o Jornal Metropolitano de Luanda, não foi acolhida pela directora da Acção Social, Família e Promoção da Mulher de Icolo e Bengo, Filomena Dalamana, que disse terem as famílias sido informadas de que ficariam alojadas, temporariamente, nos centros de Serviços Rurais e Infantil de Icolo e Bengo.

Filomena Dalamana acrescentou que, quando chegaram à comuna de Kaxicane, as 174 famílias conheceram a área onde vão ser cedidos terrenos para serem erguidas as futuras casas.

O consumo de energia eléctrica e água potável está garantido no Centro de Serviços Rurais, que dispõe de 14 quartos, casa de banho pública e uma cozinha comunitária, onde as 174 famílias se reúnem para as refeições diárias.

Em cada quarto do Centro de Serviços Rurais foram colocados três a quatro beliches, ocupados por membros de três a sete famílias, uma realidade de que não foram informadas, como alegam insistentemente, quando avisadas de que seriam realojadas em Kaxicane.

O Centro Infantil de Icolo e Bengo não tem divisórias, sendo, por esta razão, mais precárias as condições de acomodação, num espaço comum, onde foram colocados mais de 30 colchões de solteiro, usados sem beliches.

António Manuel Zaia, de 52 anos, descreveu que as 174 famílias vivem "enormes dificuldades", sendo duas das quais os constrangimentos resultantes da distância entre a cidade de Luanda e a comuna de Kaxicane e o défice de transportes públicos de e para Kaxicane.

"Nós pensávamos que, como fomos tirados das nossas modestas casas, poderíamos receber moradias condignas à chegada a Kaxicane", acentuou António Manuel Zaia, acrescentando que "o que estamos a ver

aqui não é o que nos foi prometido, porque aqui vivemos sem nenhuma dignidade e privacidade".

Agostinho das aldeias de Cafussa, na comuna do Cuale, e Kibumbe, sede do município.

A maioria das famílias realojadas tem como fontes de rendimento o comércio ambulante e a pesca, actividades ainda exercidas na cidade de Luanda, para onde deslocam com "muito sacrifício", por não haver uma linha directa de autocarros de transportes públicos de e para Kaxicane.

Até ao dia em que foi abordado pelo Jornal Metropolitano de Luanda, há duas semanas, Antônio Manuel Zaia ainda não tinha voltado para a cidade de Luanda, desde que foi realojado em Kaxicane, por não haver uma linha directa de autocarros para o centro da capital angolana. Daí ter decidido não gastar "as poucas reservas de subsistência", para apanhar vários autocarros ou táxis até chegar à cidade de Luanda.

Os autocarros utilizados por quem vive na zona da Kaxicane fazem o trajecto Muxima/Estalagem, para cuja corrida o passageiro gasta 700 kwanzas, só na ida.

Chegado à Estalagem, município de Viana, recomeça a odisséia para se chegar ao centro da cidade de Luanda, ou com recurso a um autocarro ou a uma viatura de serviço de táxi.

"Por esta razão, quando nos deslocamos à cidade de Luanda, alguns regressam à comuna de Kaxicane cinco dias depois", encontrando-se nesse grupo pescadores e "zunguelras", que são acolhidos em casas de familiares, em vários bairros periféricos da cidade de Luanda.

7.3 Conflitos de terra levam à destituição de sobas

Jornal Angolene

20 De Setembro de 2021

Texto: Venâncio Victor/ Dino Duarte

Três autoridades tradicionais foram destituídas do poder no município de Calandula, em consequência de conflitos de terra e desrespeito às normas da corte real do rei do Ndongo, Buba Nvula Dala Mana "rei Cabombo".

O encontro de destituição, que decorreu na sala de reuniões da Administração Municipal de Calandula, testemunhado por mais de cinquenta autoridades tradicionais, foi orientado pelo secretário do rei do Ndongo, Moisés Nvula Dala Mana, em representação da sua majestade rei Cabombo. Foram destituídos os sobas Alberto Ngengue, André João e Eduardo

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Limpeza da principal vala de drenagem de cacuaco mobiliza ENCIB e UTCOM

Jornal Luanda

20 De Setembro de 2021

Texto: Avelino Umba/ Manuel Barros

A principal vala de drenagem da Agosmil, que atravessa a Estrada nº 100, entre o supermercado Max e Hotel IU (AAA), em Cacuaco, província de Luanda, está a ser desassoreada e limpa nos cerca de três quilómetros de extensão. O objectivo é permitir o escoamento das águas pluviais e residuais até ao mar e melhorar a circulação dos moradores, sobretudo no tempo de chuva.

Para permitir o acesso de máquinas e do pessoal técnico, 18 residências, algumas em estado de abandono, construídas ao longo da linha, vão ser demolidas, nos próximos dias, pela Unidade Técnica Comunitária da Administração Municipal (UTCUM).

Alguns habitantes de tais moradias foram realojados no projecto Maye-Mayé, no distrito urbano do Sequele, enquanto outros aguardam por alojamento.

Os trabalhos de desassoreamento e limpeza da vala de drenagem da Agosmil tiveram início em Julho e estão a cargo da ENCRn e supervisão da UTCUM.

Moradores ouvidos pela reportagem do Jornal Metropolitano de Luanda reconhecem a importância do projecto, afirmando que, desta forma, não haverá casos que ocorreram na época chuvosa passada, em que muitos cidadãos perderam residências, haveres e até vidas.

Judite Pereira, de 45 anos, que mora a escassos metros da vala, visivelmente satisfeita, disse acreditar que, depois do trabalho concluído, tudo vai ficar melhor. "O projecto era esperado há muito tempo, graças a Deus está a ser bem feito. Acreditamos que este ano tudo vai ser diferente".

Recordando o passado, a munição revelou que as águas das chuvas, a partir da Agosmil arrastavam tudo que encontravam ao longo do trajecto e que, muitas vezes, por falta de limpeza, transbordavam para algumas casas, criando enormes prejuízos materiais e humanos.

Joana António, também residente no bairro Emanuel, há mais de 8 anos, contou que não consegue esquecer

as chuvas de outras épocas, porque perdeu os seus bens materiais. Quanto ao trabalho que está a ser feito, receia que o tempo seja curto para aquilo que se pretende, tendo em conta que já estamos em tempo de chuvas. "Tenho más recordações das épocas passadas. Fiquei sem a mobília por causa das chuvas que invadiram a minha casa duas vezes. Mas, com este trabalho, acredito que não volta a acontecer. Apenas, pela forma como decorre o trabalho, temo as chuvas que se aproximam," disse. Brandão Donguessa vive próximo da vala no bairro Emanuel desde 2007.

Ele não se lembra da última vez que foi feita uma grande limpeza naquele ponto. O morador acredita que a vala está inundada por falta de assoreamento periódico.

TRABALHOS DECORREM A BOM RITMO

Elias Culipanga, director da UTCUM, garantiu que o trabalho decorre a bom ritmo e que os resultados animam o grupo de trabalhadores, esperando que, quando terminar a limpeza, os moradores venham a ter dias melhores.

"Esta vala era um dos principais problemas do município sempre que caíssem fortes enxurradas. Dificuldades técnicas do sistema de drenagem causavam inundações às residências construídas ao longo da mesma", reconheceu.

De acordo com a fonte, o desassoreamento reiniciou com aterro e a criação das bases que permitirão o reperfilamento da vala e depois evoluir para trabalhos mais profundos para que, nas próximas chuvas, não haja mais incidentes.

O director da UTCUM acredita que a conclusão desse trabalho vai melhorar as condições de saneamento básico e também da própria mobilidade naquela artéria.

Motivos pelos quais, pediu aos moradores calma e atenção para que não depositem resíduos sólidos na vala. Recordando que, na passada época chuvosa, a vala da Agosmil foi uma das que tirou sono aos moradores. "De forma significativa, os moradores que mais têm sido afectados após a conclusão dos trabalhos, sentirão alívio e terão a zona requalificada.

PREVISÃO DE ENTREGA

Sem precisar os custos da empreitada, o director da UTCUM disse que a obra da vala da Agosmil tem conclusão prevista para o mês de Novembro. O também engenheiro topógrafo explicou que, dada à complexidade do lençol freático que é bastante elevado, metade da obra ainda não foi executada.

" A obra encontra-se a 30 por cento de execução física devido a vários obstáculos encontrados algumas residências ao longo da vala. Houve necessidade de, primeiro, realojar os moradores e de seguida demolir as casas para permitir o acesso dos equipamentos técnicos. Depois a colocação das bases, o reperfilamento e posteriormente as respectivas calçadas", explicou.

Quanto ao processo de manutenção, o engenheiro defende a necessidade da criação de uma equipa para fazer a manutenção periódica e aconselha aos moradores a não depositarem resíduos sólidos, nem outros materiais na linha de água.

8.2 Emitidas garantias a favor do projecto de água do Bita

Jornal de Angola

12 De Setembro de 2021

A Agência Africana de Seguros Comerciais (ACA) emitiu uma garantia de 351 milhões a favor de empréstimos obtidos pelo Governo angolano para a implementação do projecto de água potável do Bita, concebido para fornecer dois milhões de consumidores em Luanda.

O site baseado em França "Afrik 21", que disponibiliza esta informação na edição de ontem, afirma que a garantia destina-se a cobrir perdas superiores à garantia parcial concedida pelo Banco Mundial (BM), forma a viabilizar a execução financeira do projecto, para o qual o Governo subscreveu compromissos com outras instituições financeiras de desenvolvimento.

Tal é o caso do Banco Africano de Importação e Exportação (Afreximbank), que anunciou a sua disponibilidade para financiar o projecto no âmbito da recuperação pós-Covid-19 em Angola.

As autoridades angolanas receberam, ainda, financiamentos da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), bem como de bancos privados com o British Standard Chartered, Societe Generale francesa, o Crédit Agricole Corporate and Investment Bank, do grupo Crédit Agricole, e do BNP Paribas.

Compromisso do Governo

A publicação lembra que, apesar da crise sanitária causada pela Covid-19, que tem afectado a economia angolana devido à queda dos preços do petróleo e da produção, o Governo continuou a implementar o projecto de água potável da Bita, considerado estratégico pelo potencial de resolver de forma

permanente a escassez de água na capital do país e arredores.

De forma global, o projecto envolve a construção de uma central de água potável de 260 mil metros cúbicos no Bita, uma localidade situada a 40 quilómetros de Luanda, a funcionar graças a um sistema de captação instalado no rio Kwanza, que cruza os arredores de Luanda antes de desaguar no Oceano Atlântico.

O projecto visa ainda colocar 82 quilómetros de condutas principais para abastecer quatro novas linhas de distribuição em áreas peri-urbanas não abastecidas a Sul da capital Luanda, como o Cabolombo, Mundial, Ramiros e Bita.

As principais linhas de água serão também alargadas para abastecer dois centros de distribuição já implantados, mas com abastecimento insuficiente, nos arredores de Luanda. Além disso, as áreas de Camama e Benfica também deixarão de ser abastecidas por camiões-cisterna.

Reforma das empresas públicas

"Este projecto é essencial para atingir os objectivos de desenvolvimento de Angola, uma vez que traz um serviço de água seguro e fiável para o Sul de Luanda. É, também, um excelente exemplo de uma solução de financiamento combinado inovador usando garantias do Banco Mundial e o seguro ACA, que tranquilizou os mercados financeiros e ajudou a garantir financiamento ", afirmou Sebnem Erol Madan, director de Financiamento de Infra-estrutura, Parcerias Público-Privadas e Garantias do Banco Mundial.

De acordo com a ACA, a garantia vai mitigar o risco de não pagamento por parte do Governo da dívida contraída com a construção das futuras instalações. O Ministério das Finanças angolano é citado a declarar que o projecto Bita já desencadeou uma expansão para a reforma das empresas públicas do sector das águas.

"No contexto das recentes reformas tarifárias que visam permitir uma recuperação eficiente de custos e, ao mesmo tempo, a eliminação progressiva dos subsídios operacionais, o projecto vai de facto suportar os ganhos de eficiência necessários para a Companhia Pública de Águas de Luanda (EPAL)", segundo uma declaração do Ministério das Finanças inserta na publicação.

8.3 População quer reduzir as distâncias para buscar água

Jornal Angoleme

20 De Setembro de 2021

Texto: Alfredo Ferreira/ Guimarães Silva

Sem água potável, a população do Úcuá, município do Dande, percorre, todos os dias, longas distâncias, em busca do líquido precioso no rio que deu nome à localidade. A comuna conta com mais de oito mil habitantes, que se manifestam cansados de consumir água imprópria para a saúde humana.

Ao longo do rio Úcuá, crianças' jovens e velhos matam a sede e procuram livrar-se de toda a sujidade corporal. Como consequência disso, as doenças diarreicas e infecções da pele são cada vez mais frequentes na zona. O Jornal Angoleme constatou no local, que os alicerces que sustentam a ponte servem de lavandaria improvisada.

Cansada de percorrer longas distâncias, Madalena João apela às autoridades administrativas locais no sentido de construir rapidamente um sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável na zona.

"Para termos água em' casa, somos obrigados a percorrer longas distâncias com muito peso na cabeça", desabafou a moradora, visivelmente agastada com a situação. "Os anos passam e até hoje 'não vemos nada. Estamos cansados de esperar", disse.

Outra moradora, Florinda Rodrigues, contou que, com a falta de água canalizada, a população vê o rio como o principal fornecedor natural do referido produto vital.

SOLUÇÕES A VISTA?

Para minimizar a situação da falta de água potável no Úcuá, localidade que dista cerca de 64 quilómetros de Caxito, o administrador comunal adjunto, António Valódia, deu a conhecer que existem já alguns projectos em carteira, que vão facilitar a abertura de furos de água e a construção de um centro de captação e distribuição.

O responsável adiantou que para minimizar a carência de água na zona, a Administração Municipal do Dande adquiriu camiões cisternas, que abastecem as populações do Úcuá e outras localidades do município, mas que, infelizmente, não chegam para atender a demanda. "Precisamos mesmo de muita água", afirmou o administrador comunal adjunto.

Quanto à energia eléctrica, António Valódia explicou que a localidade possui apenas dois geradores de 250 KVA cada, capacidade insuficiente para cobrir a comuna.

SAÚDE E EDUCAÇÃO

No âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) está em construção de um centro e dois postos de saúde, nos bairros Catuta e vida e sacrifícios.

"Essas unidades vão contribuir na melhoria dos serviços de atendimento médico às populações locais, e reduzir significativamente os casos de malária, doenças diarreicas agudas, doenças respiratórias e infecções da pele", referiu o administrador adjunto do Úcuá.

Sobre o sector da Educação, a comuna possui escolas em funcionamento nos bairros Progresso, Vida e Sacrifício, Cacamba e na sede comunal. O Úcuá conta com mais de 2.900 alunos matriculados da Iniciação à 9ª classe.

Segundo António Valódia, outra preocupação está ligada à venda de produtos agrícolas feita a céu aberto, na vila comunal e ao longo da estrada nº 220, onde vendedores e compradores correm o risco de serem atropelados.

O antigo mercado comunal, cujas obras de reabilitação e ampliação caminham para o fim, era um dos principais pontos de paragem obrigatória dos viajantes. A vila comunal regista boa movimentação de pessoas, que saem de um lado para outro em busca de melhores condições de vida.

Na localidade, é fácil ver camiões e carrinhas carregadas, principalmente, de produtos agrícolas e toros de madeira. A região é um importante ponto de ligação entre Luanda, Uíge e os municípios de Bula Atumba, Dembos e Pango Aluquém, um triângulo agrícola que em tempos idos deu vida e alimentou várias zonas de Luanda.

8.4 Sistema de água beneficia mais de 390 mil habitantes

Jornal Angoleme

20 de Setembro de 2021

Texto: Venâncio Victor I Malanje

As obras do novo sistema de captação, tratamento e distribuição de Água Potável do rio Cuije, em construção no sector do Quissol, com uma capacidade de 15 mil metros cúbicos, ficam

concluídas, em breve, e vão beneficiar mais de 390 mil habitantes da cidade de Malanje.

Iniciadas em 2017, as obras são financiadas com recursos da linha de Crédito da China, num montante de 31 milhões de dólares. Ainda na mesma linha de crédito estão em construção os sistemas de captação, abastecimento de água nos municípios de Cangandala, Marimba e Quela, sob responsabilidade do Ministério da Energia e Água. Cada tem capacidade para bombear 50 mil metros cúbicos. O grau de execução física já ronda os 80 por cento.

O governador, Norberto dos Santos, disse que o nível de execução física e financeira dos projectos em curso na cidade são satisfatórios, particularmente do Quissol, que vai ajudar a reforçar a capacidade de abastecimento de água à cidade de Malanje e reduzir os cortes constantes no seu fornecimento às populações.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Criminalidade assusta estudantes noturnos

Jornal de Angola
2 De Setembro de 2021

O alto índice de criminalidade, no bairro dos Pescadores, município de Cacaco, está a criar transtornos aos alunos que vão estudar à noite, no Complexo Escolar do Ensino Primário nº 405, no presente ano lectivo.

Além de ataques à mão armada a estudantes, os delinquentes têm demarcado os bairros, ao ponto de proibirem os jovens do vizinho bairro Emanuel de passar ou frequentar a zona dos Pescadores, sob o risco de serem assassinados.

Os moradores do bairro são de opinião que a falta de maior policiamento tem estado a encorajar as acções dos marginais, que atacam alunos e funcionários que circulam, desde às primeiras horas da noite.

Por isso, o director do complexo escolar, José Pana, pediu aos órgãos da Ordem e Segurança Pública para reforçarem a estada por aquelas paragens, no sentido de inibir os assaltantes.

"Essa situação tem estado a colocar em risco a vida dos estudantes, professores e de outros cidadãos", disse para revelar que, no ano lectivo anterior, mais de 300 alunos desistiram, por causa da falta de segurança. Disse que, em 2020, houve turmas que iniciaram as aulas com 30 alunos, mas, no final do ano, terminaram apenas com dez alunos.

10. AMBIENTE

10.1 Chuva no Bailundo destrói 124 moradias

Jornal de Angola

15 De Setembro de 2021

Fortes chuvas, acompanhadas de rajadas de vento e granizo, destruíram, no fim-de-semana, 124 residências em várias localidades do município do Bailundo (Huambo), tendo deixado 728 pessoas ao relento.

Uma nota do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, divulgada, segunda-feira, pela Angop, dá conta que as chuvas destruíram ainda dois templos da Igreja Católica, um da Igreja Evangélica Congregacional em Angola (IECA), um da Missão dos Crentes em Angola (MACA) e outro da Igreja Tocoísta.

As chuvas danificaram ainda mais de 30 hectares com produção de milho e feijão, ao longo das margens dos rios Cuvo e Kaloneva.

Os estragos ocorreram nas aldeias de Chiteta Ombala, Chiculo, Chiteta Esanju, Pungo e Chipangala, cujos habitantes têm a produção agrícola como principal fonte de sustento.

A nota acrescenta que uma comissão encabeçada pelo comandante municipal do Bailundo do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, in-tendente bombeiro Inácio Cambole, trabalha nas zonas mais afectadas, para fazer o levantamento dos danos causados pela chuva.

10.2 Criado novo projecto ambiental

Jornal de Angola

15 De Setembro de 2021

Texto: Mazarino da Cunha

Um projecto que visa reduzir o corte de árvores nas comunidades rurais do país para o fabrico de carvão foi apresentado, ontem, em Benguela.

O referido projecto, iniciativa da empresa Choose Angola Training, vai ser implementado, numa primeira fase, em quatro comunas de Benguela (Canjala, Acumba, Baixa Pundo e Chimongua), onde foram criados mais de 50 postos de trabalho.

Segundo o director-adjunto da Choose Angola Training, Hélder Neto, a população das comunidades

rurais vai ser também incentivada a fabricar fogões artesanais e a usar caroços de milho, ao invés de lenha ou carvão.

Nos próximos meses, referiu, o projecto vai se apresentado em todas as aldeias de Angola.

10.3 Emitidas mais de oito mil licenças para construção de edifícios em cinco anos

Novo Jornal

17 De Setembro de 2021

Texto: Dulcineia Lufula

Entre 2015 e 2020, foram aprovadas, em todo o País, 8.113 licenças para a construção de edifícios, revelam dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) a que o Novo Jornal teve acesso. As informações do INE indicam que, no período em análise, a província de Luanda liderou as estatísticas, com quase duas mil licenças atribuídas, numa lista em que se seguem Benguela (1.161) e Kwanza-Sul (703). Já as províncias do Kuando Kubango (34) e Lunda-Norte (83) são as que menos licenciadas emitiram.

Os dados, que constam de um relatório do INE intitulado Inquérito às Licenças provadas para Construção de Edifícios 2020 (ILACE), mostram que, quanto às categorias de licença, entre 2015 e 2020, se verificou que as novas lideraram a lista, com 7.543, seguidas pelas renovações com 404, ficando os pedidos de alterações em último com 160 registos.

No período em referência, quanto à titularidade de licenças, sublinha ainda o documento do Instituto Nacional de Estatística, foram emitidas 6.506 para pessoas singulares, 1.136 para empresas privadas, 299 para instituições sem fins lucrativos, 112 para cooperativas de habitação e 39 ao governo, bem como 21 para empresas de serviços públicos. No entanto, ressalta o documento, das licenças aprovadas, mais de 70% foram para a construção de habitação familiar.

Os resultados do ILACE indicam, por exemplo, que a quantidade de área bruta superfície total) de construção em metros quadrados licenciada no País, nos últimos seis anos, foram mais de 708 milhões, com destaque para a capital, Luanda, com mais de 342 milhões de metros quadrados.

Segundo o INE, as licenças de construção são definidas como um instrumento de controlo administrativo público, cujo propósito é "planificar e ordenar o crescimento das cidades, assim como velar pela manutenção das normas adoptadas na estrutura

de construção, áreas de reserva, embelezamento e construção de vias".

Noutro relatório, também divulgado recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística, denominado Avanço e Acompanhamento dos Edifícios em Processo de Construção, referente ao quarto trimestre de 2020, foram visitadas 10.102 obras. Entre estas, 1.034 estão em processo (andamento) e 9.068 encontram-se paralisadas.

Entre as obras em andamento, descreve o documento de 20 páginas consultado pelo NJ, a província de Luanda conta com 167, Moxico (85), Lunda-sul (74) e Cabinda (73).

Durante o período em análise, estiveram envolvidos na construção de edifícios 6.407 trabalhadores, dos quais 4.832 permanentes, 1352 subcontratados e 223 não remunerados. A mão-de-obra mensal, segundo dados, foi avaliada em 680.077.543,00 de kwanzas.

10.4 Estado, ouça o pavor de quem não quer reviver os horrores das chuvas

Novo Jornal

17 De Setembro de 2021

Texto: Onélio Santiago

Desde o término oficial do cacimbo (15 de Agosto) que Domingos Francisco não sabe o que é dormir tranquilamente. Com a memória ainda inundada do terror imposto pelas enxurradas que sacudiram Luanda na madrugada de 19 de Abril, esse pedreiro, de 51 anos, passa as noites a interromper o sono com várias espreitadelas pela janela, sempre que o velho tecto de zinco anuncia a chegada das chuvas, seja pelo ruído das pequenas gotas que caem do céu, seja pelo abanar das chapas que ficaram sem grampos.

"Não tem como, mano. Aqui é estado de alerta sempre", diz Francisco aos repórteres do Novo Jornal, no mesmo instante em que os convida a visitar a sua residência, uma casa cujas paredes brancas ainda conservam as marcas das águas cinzento acastanhadas que chegaram a roçar os dois metros, estragando tudo quanto era electrodoméstico.

Aliás, no chamado bairro da Encibe, situado numa espécie de 'enclave', pertencendo ao município do Cazenga, mas sendo facilmente confundido como território do Sambizanga, distrito pertencente ao município de Luanda, são cerca de 100 as casas afectadas pelas chuvas de 19 de Abril. Na altura, dados oficiais reportaram 14 mortos por toda a capital. Três das vítimas eram menores que residiam

na Encibe e que Domingos Francisco conhecia muito bem: Leny, olívia e Mamy, respectivamente, de 8, 4 e 14 anos, eram amigas de alguns dos seus sete filhos.

Por isso, ao NJ, é com a voz pesada e os gestos trémulos que o pedreiro recorda a fatídica madrugada de Abril, em que as redes sociais, em Angola, foram 'tomadas' por vídeos mostrando famílias inteiras abrigadas em cima dos tectos. Aliás, na casa de Domingos Francisco em que residem mais de cinco elementos, entre filhos, neto e esposa - os grampos retirados do tecto por ocasião das chuvas já não foram repostos.

"Deixámos só já assim, porque, enquanto ainda vivermos aqui, podemos voltar a precisar de fugir pelo tecto", justifica, antes de apelar a que o Estado não fique "à espera que mais pessoas morram para fazer alguma coisa pelo bairro".

Fazer alguma coisa pelo bairro, na óptica de Helena Pedro, que vive na Encibe há 20 anos, resume-se a duas coisas: ou o Estado trata do desalojamento das pelo menos 100 famílias aí residentes ou procede ao desassoreamento da vala de drenagem que "une" a Avenida Ngola Kiluanji (vulgo 'Estrada da Cuca') à Estrada Nacional nº 100.

Enquanto as autoridades não materializam nenhuma das opções por si avançadas, a anciã, de 60 anos, desfaz-se em violentas críticas. Refere, por exemplo, que "o Governo falou e falou bué, mas fazer, que é bom, nada".

Desempregada, sustentando os filhos e os netos com recurso a um pequeno negócio de venda de cerveja à porta de casa, Helena Pedro diz que até já padece de hipertensão, só de pensar no que se lhes vai suceder quando as chuvas começarem a cair.

"Até temos fome, mas não estamos a pedir comida. Estamos a pedir só para o Governo não deixar a chuva matar-nos", implora, visivelmente agastada.

A residência de Helena Pedro, como ilustra uma das fotos que acompanham este artigo, foi parcialmente destruída, tendo as paredes do quintal sido partidas pela força das águas. E com isso, explica a anciã, abriu-se um espaço para meliantes, que "todos os dias" se põem a tactear as portas e janelas de casa, na esperança de encontrar uma fresta que possibilite uma entrada forçada para consumir o assalto.

Entretanto, apurou o NJ no local, apesar de as casas abandonadas se terem transformado em abrigo de marginais, os populares colocam a criminalidade em segundo plano, como diz, por exemplo, Joana Damião, uma das filhas de Helena Pedro: "O Governo tem de dar solução a este problema, porque

são várias vidas humanas que, com certeza, se vão perder com as chuvas que estão a vir".

“Mabuba”, a vala de todos os problemas

Habitado há mais de duas décadas, o bairro da Encibe, contam os moradores, "nunca teve inundações" como as verificadas em Abril deste ano. O problema, dizem os populares, começou há cerca de cinco ou seis anos, quando se procedeu à reabilitação da EN 100, interferindo em determinados pontos da Vala do Suroca, vulgo 'Mabuba'.

De acordo com os moradores, exactamente por debaixo da pequena ponte sobre a EN 100, no ponto em que o Suroca se cruza com a também denominada 'Estrada Direita de Cacucaco', houve um estreitamento do canal, o que faz que, em dias de grande chuva, a vala transborde e atire para a submersão tudo à sua volta, de residência a viaturas, não poupando sequer escolas, como a famosa 'selenzinho', uma estrutura do ensino geral que ficou totalmente demolida pelas enxurradas de 19 de Abril.

Estando situado no município do Cazenga, circunscrição administrada por Tomás Bica, o NJ contactou aquele responsável, com vista a saber, por exemplo, dos eventuais planos em face da época chuvosa que já se vive. Tomás Bica não atendeu ao telefonema, mas, respondendo à mensagem que lhe foi enviada, disse que "já" se estava a trabalhar num suposto plano que seria discutido ainda nesta semana com o GPL.

Em Abril, quando se deu a tragédia, a Encibe foi visitada por membros do Governo e da própria oposição, mas, dizem os moradores, de lá para cá “nada se fez”.

10.5 Proibição de corte de madeira força paralisação de marcenarias

Jornal Economia e Finanças
17 De Setembro de 2021

Numa altura em que cresce o negócio de fabrico de mobílias, como camas, mesas, portas e sofás em resposta positiva aos desafios do Executivo de relançamento da produção nacional para substituir as importações, muitos marceneiros e carpinteiros da cidade de Ondjiva, podem ver paralisadas as suas actividades nos próximos tempos.

O facto surge devido a proibição da exploração de madeira na província do Cunene, principal matéria-prima, imposta pelo Ministério da Agricultura e Pescas nos últimos dois anos.

A medida do Ministério da Agricultura e Pescas, de acordo os marceneiros e carpinteiros contactados pelo JE, está a prejudicar bastante a sua actividade, uma vez que fez escassear a madeira, além de contrariar os desafios da produção nacional que o país persegue.

Os produtores de mobílias entendem que a medida proibitiva devia abranger apenas madeireiros que exploram com a finalidade de exportar, para as grandes indústrias do país e não aquelas empresas que transformam e fornecem madeira às pequenas indústrias locais.

Fruto da proibição, os proprietários de algumas marcenarias, aqueles com certas possibilidades financeiras, não encontram outra saída se não recorrer aos mercados da província do Huambo ou da Huila para a matéria-prima, que com os custos da transportação e o pagamento de algumas taxas ao Estado, chega ao Cunene a preço elevado.

Com a fronteira da vizinha República da Namíbia encerrada devido a pandemia da Covid-19, até então principal mercado de compra de mobílias e outros afins, grande parte dos habitantes locais vêm nessas pequenas oficinas, uma tábua de salvação, quando o assunto é adquirir um sofá, cama-base, porta ou uma mesa. Mas com o decorrer do tempo começa a se tornar difícil a sua aquisição devido os altos preços praticados, justificados com a escassez de madeira.

João Jimbi, proprietário da marcenaria com o mesmo nome, fundada em 2004, por sinal a mãe de todas outras espalhadas pela cidade de Ondjiva, disse estar difícil manter o funcionamento da sua oficina, devido a gritante escassez de madeira na província nos últimos anos, o que pode obrigar a paralisação da actividade ainda no decorrer deste ano.

"Vou fechar a marcenaria, acredito que este ano não termina. Preciso neste momento concluir as obras dos clientes que já me pagaram, e que andam a volta de 18 pessoas, uma vez que já não estamos a ter lucros, e com isso os 12 jovens com quem trabalho vão todos para a casa", lamentou o marceneiro.

O mesmo destino, podem seguir as carpintarias de Ladislau Paiva e de Filipe Bueno, localizadas no bairro Kafitu.

João Jimbi, que se gaba que a sua oficina produz todo o tipo de mobília, disse que antes dava-se oportunidade de explorar pelo menos até seis metros cúbicos de madeira giras sonde, através do pagamento de alguma taxa nas administrações comunais das zonas de exploração, o que facilitava o

normal exercício da actividade dos marceneiros locais.

O marceneiro disse que hoje a madeira é adquirida no Lubango, onde uma tábuia média de três metros custa 10 mil kwanzas, ao que se associa o frete de 110 mil kwanzas e o pagamento da guia de trânsito. E sendo assim, disse, não há como vender, por exemplo, uma porta abaixo de 90 mil ou uma cama a menos de 100 mil kwanzas..

11. MINEIRA

12. MIGRAÇÃO

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 SIC apresenta grupo de chineses malfeitores

Jornal de Angola

9 De Setembro de 2021

Texto: António Canepa

Três cidadãos chineses foram detidos e apresentados, ontem, no bairro Zona Verde, município de Belas, em Luanda, pelo Serviço de Investigação Criminal (SIC), por crimes de rapto e cárcere privado de um casal da mesma nacionalidade e outro angolano.

O director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do SIC, Manuel Halaiwa, que forneceu a informação ao Jornal de Angola, disse que, para o resgate dos cidadãos raptados, o grupo de meliantes pedia um milhão de dólares pagos a partir da China e de três milhões de kwanzas em Angola.

Manuel Halaiwa informou que o grupo, desmantelado recentemente na capital angolana, é, também, acusado do crime de extorsão de valores. Na acção, os raptados foram submetidos a uma sessão de tortura física e psicológica durante 20 horas, numa casa de luxo arrendada propositadamente para o efeito.

Durante a acção criminosa, um dos chineses raptados fracturou uma costela, devido à tortura durante o cárcere. Durante a sessão de tortura os meliantes conversavam com os familiares, na China, que depois de intensas negociações chegaram a transferir a quantia exigida.

O angolano, tradutor do casal de chineses, também foi submetido a torturas. A libertação, de acordo com um oficial do SIC, ocorreu graças ao trabalho aturado da Polícia.

Para atrair as vítimas na via pública, no Benfica, antes de concretizarem o rapto, os meliantes "alegaram questões de negócio". O grupo, tido como reincidente em raptos, conhecia o casal de chineses de anteriores negócios. Um quarto elemento está foragido.

Furto na Quiçama

No mesmo âmbito, o Serviço de Investigação Criminal deteve e apresentou, também ontem, dois angolanos, implicados num furto, nas instalações da Administração Municipal da Quiçama, bem como na Escola 7001, naquela circunscrição da província de Luanda.

13.2 A cooperação China-África cheia de energia mesmo durante a Covid-19

Jornal de Angola

25 De Setembro de 2021

Texto: Gong Tao |

A China e a África têm uma amizade profunda, em que compartilham o mesmo destino. Sendo o maior país em desenvolvimento, a China tem o dever sagrado em atribuir alta importância e apoiar a África. Essas são as palavras da China, e o mais importante, verdadeiras acções dela.

Recentemente, o Conselho de Negócios China-África divulgou o "Relatório sobre as empresas chinesas que investem na África", enfatizando que a China é uma das maiores fontes de investimento na África, apelando ao aprofundamento do alinhamento das estratégias de desenvolvimento China-África e promovendo a cooperação mais abrangente, demonstrando que a China atribui elevada importância à África, e está determinada a aprofundar as relações amigáveis China-África.

Desde 2000 até 2020, o volume do comércio China-África aumentou 20 vezes. A China tem sido o maior parceiro comercial da África por 12 anos consecutivos. Em 2020, a troca comercial China-África atingiu 180 biliões de dólares. Há mais de 3800 empresas chinesas na África, com um estoque de investimento directo de 47,4 biliões de dólares, o que ajudou efectivamente o lado africano a elevar o seu nível de industrialização e a capacidade de exportação, além de promover o emprego local. As empresas chinesas criaram mais de 4,5 milhões novos empregos na África. A taxa de contribuição da cooperação económica e comercial China-África para o crescimento económico da África é superior a 20 por cento.

As empresas chinesas usam diversos tipos de fundos para ajudar os países africanos a implementar um grande número de projectos de infra-estrutura, que melhoraram significativamente a conectividade das instalações africanas, incluindo mais de 10 mil km de caminho- de-ferro, quase 100 mil km de

estradas, 1000 pontes, 100 portos, 80 mega-estações de electricidade, 66 mil km de linhas de transmissão e transformação de energia, 120 milhões de KW de energia, 150 mil km de rede de telecomunicação e cobertura de serviço de Internet com 700 milhões terminais de usuários.

A China ajudou a África na construção de mais de 130 hospitais, 45 ginásios e mais de 170 escolas. A China enviou cerca de 30 mil profissionais médicos e tratou mais de 200 milhões de pacientes em países africanos. Nos últimos cinco anos, mais de 200 mil jovens africanos foram treinados pela China, que foram distribuídos em todas as esferas da vida na África, e deram contribuições importantes para melhorar os interesses vitais e o bem-estar do povo africano.

Mesmo durante a Covid-19, o comércio da China com a África e os investimentos chineses na África permaneceram estáveis. De Janeiro a Julho deste ano, o volume de comércio China-África foi de 139,1 bilhões de dólares, registando um aumento homólogo de 40,5 por cento, atingindo o maior nível no mesmo período da história. A China está abrindo activamente suas portas para mercadoria africana. As importações provenientes da África aumentaram 46,3 por cento, atingindo 59,3 bilhões de dólares. As importações de produtos agrícolas como borracha, algodão e café dobraram em relação ao mesmo período do ano passado. O investimento da China na África cresceu de 2,71 bilhões em 2019 para 2,96 bilhões de dólares em 2020. No final de 2020, o estoque de investimento directo da China na África ultrapassou 47,4 bilhões de dólares, acelerando a criação de sectores industriais em manufactura, agricultura, medicina e saúde, e alcançando continuamente a cooperação em áreas emergentes como a energia limpa, economia digital e 5G.

China-Angola são parceiros estratégicos e irmãos de assistência recíproca. Nos primeiros sete meses deste ano, o volume de comércio bilateral entre a China e Angola atingiu 12,48 bilhões de dólares, um aumento homólogo de 28,2 por cento, dos quais as exportações de Angola para a China foram de 11,23 bilhões de dólares. O novo investimento directo da China em Angola continua a aumentar, e o ritmo da cooperação bilateral nunca pára de avançar. As empresas chinesas investiram no Parque Industrial da Sino-Ord, venda do automóvel de Jetour e Geely, fabricação de contador de energia por Grupo Sunshine, e grandes projectos de infra-estruturas por empreiteiras chinesas Sinohydro, CRCC, Citic ou PanChina etc, continuam a contribuir para o desenvolvimento social e económico de Angola. Além disso, o Governo chinês ofereceu muitos pacotes de materiais biossegurança e vacinas para

Angola, ajudou a construção de vários laboratórios "Olho de Fogo", enviou equipas médicas e estabeleceu mecanismo de cooperação de hospitais homólogos, promoveu a partilha de experiências antivírus e assistiu Angola na aquisição de grande quantidade de suprimentos anti-epidémicos.

Acreditamos firmemente que não importa como a situação internacional mude, a cooperação Sino-Africana sempre será o cenário mais dinâmico na cooperação internacional com a África, e certamente avançará com um ritmo mais constante em direcção a um futuro mais amplo e brilhante. Ao mesmo tempo, com o esforço conjunto da China-Angola, as perspectivas de cooperação entre os dois países serão mais alargadas, o que seguramente beneficiará os dois povos.

* Embaixador Chinês